

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



# JORNAL OFICIAL

Quinta-feira, 6 de junho de 2013

I

Série

Número 70

## Sumário

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

**Despacho normativo n.º 4/2013**

Regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino público e privado da Região Autónoma da Madeira, bem como os seus efeitos.

**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS****Despacho normativo n.º 4/2013**

De 6 de junho

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, estabelece os princípios orientadores da organização, da gestão e do desenvolvimento dos currículos dos ensinos básico e secundário, bem como da avaliação e certificação dos conhecimentos e capacidades desenvolvidos pelos alunos, aplicáveis às diversas ofertas curriculares do ensino básico e do ensino secundário, ministradas em estabelecimentos do ensino público, particular e cooperativo.

A avaliação, constituindo-se como um processo regulador da prática educativa e do ensino, é orientadora do percurso escolar e permite determinar as diversas componentes do processo de ensino e de aprendizagem, nomeadamente a seleção dos métodos e recursos educativos, as adaptações curriculares e as respostas às necessidades educativas especiais dos alunos, orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores, com outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo e com os encarregados de educação, bem como auxiliar os alunos a formular, ou reformular decisões que possam influir positivamente na promoção e consolidação do seu próprio processo educativo.

Assim sendo, a avaliação tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino no quadro do sistema educativo regional, através da aferição do grau de cumprimento dos programas e das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis de ensino básico. Esta verificação deve ser utilizada por professores e alunos para, em conjunto, suprir as dificuldades de aprendizagem. A avaliação tem ainda por objetivo conhecer o estado geral da educação e do ensino, retificar procedimentos e reajustar a aprendizagem das diversas disciplinas em função dos objetivos curriculares fixados.

No que respeita, em particular, à escala a adotar na classificação dos alunos, mantém-se a escala de 1 a 5, de acordo como previsto no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

No âmbito da promoção do sucesso escolar, a autonomia pedagógica e organizativa da escola assume particular importância na gestão e na aplicação do currículo, adaptando-o às características dos alunos. É assim imperativo criar as condições necessárias, disponibilizando ofertas curriculares complementares que permitam a todos os alunos colmatar dificuldades de aprendizagem, não descurando a importância da avaliação formativa no processo de ensino, visto constituir, ela própria, uma modalidade de carácter interativo e contínuo das aprendizagens que fornece indicadores relativos aos objetivos pedagógicos.

Assim sendo, importa, neste momento, materializar a execução dos princípios enunciados no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, definindo as regras de avaliação dos alunos que frequentam os três ciclos do ensino básico.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º e n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 364/79, de 4 de setembro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2012/M, de 6 de maio, determino o seguinte:

SECÇÃO I  
Disposições GeraisArtigo 1.º  
Objeto

O presente despacho normativo regulamenta:

- a) A avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino público e privado da Região Autónoma da Madeira, bem como os seus efeitos.
- b) As medidas de promoção do sucesso escolar que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento dos alunos, sem prejuízo de outras que as escolas definam no âmbito da sua autonomia.

Artigo 2.º  
Processo individual  
do aluno

- 1 - O percurso escolar do aluno deve ser documentado de forma sistemática no processo individual a que se refere o Estatuto do Aluno e Ética Escolar da Região Autónoma da Madeira.
- 2 - O processo individual é atualizado ao longo de todo o ensino básico de modo a proporcionar uma visão global do percurso do aluno, facilitando o seu acompanhamento e permitindo uma intervenção adequada.
- 3 - A atualização do processo previsto no número anterior é da responsabilidade do professor titular de turma, no 1.º ciclo, e do diretor de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.
- 4 - O processo individual do aluno acompanha-o, obrigatoriamente, sempre que este mude de escola.
- 5 - Do processo individual do aluno devem constar todos os elementos que assinalem o seu percurso e a sua evolução, designadamente:
  - a) Os elementos fundamentais de identificação do aluno;
  - b) As fichas de registo de avaliação;
  - c) Relatórios médicos e ou de avaliação psicológica, quando existam;
  - d) Programas de acompanhamento pedagógico, quando existam;
  - e) Os programas educativos individuais e os relatórios circunstanciados, no caso de o aluno ser abrangido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro, incluindo, quando aplicável, o currículo específico individual definido no artigo 33.º daquele Decreto Legislativo Regional;
  - f) Outros elementos considerados relevantes para a evolução e formação do aluno.

SECÇÃO II  
Processo de avaliação

Artigo 3.º  
Intervenientes e Competências

- 1 - Intervêm no processo de avaliação, designadamente:
  - a) O professor;
  - b) O aluno;
  - c) O conselho escolar nas escolas básicas de 1.º ciclo, conselho de docentes nas escolas básicas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos com pré-escolar, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos;
  - d) Os órgãos de administração e gestão da escola;
  - e) O encarregado de educação;
  - f) O docente de educação especial e outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo do aluno;
  - g) A administração educativa.
- 2 - A avaliação é da responsabilidade dos professores, do conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos, dos órgãos de administração e gestão da escola, da administração educativa, assim como dos serviços ou entidades designados para o efeito.
- 3 - A avaliação tem uma vertente contínua e sistemática e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, de modo a permitir rever e melhorar o processo de trabalho.
- 4 - Compete ao órgão de gestão da escola, sob proposta do professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou do diretor de turma, nos restantes ciclos, com base nos dados da avaliação, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.
- 5 - A escola deve assegurar as condições de participação dos alunos, dos encarregados de educação, dos profissionais com competência em matéria de apoios especializados e dos demais intervenientes, nos termos definidos no seu regulamento interno.

Artigo 4.º  
Critérios de avaliação

- 1 - Até ao início do ano letivo, o conselho escolar ou o conselho pedagógico da escola, de acordo com as orientações do currículo e outras orientações gerais da Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos, definem os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta:
  - a) Do professor titular de turma nas escolas básicas do 1.º ciclo;
  - b) Dos departamentos curriculares nas escolas básicas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos com pré-escolar e escolas dos 2.º e 3.º ciclos.

- 2 - Os critérios de avaliação mencionados no número anterior constituem referenciais comuns na escola, sendo operacionalizados pelo professor titular de turma, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

- 3 - Os órgãos de gestão da escola devem garantir a divulgação dos critérios referidos nos números anteriores junto dos diversos intervenientes.

Artigo 5.º  
Informação sobre a aprendizagem

- 1 - A avaliação dos alunos incide sobre os conteúdos definidos nos programas e tem como referência as metas curriculares em vigor para as diversas áreas disciplinares e não disciplinares no 1.º ciclo e disciplinas nos 2.º e 3.º ciclos.
- 2 - A aprendizagem relacionada com as componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constitui objeto de avaliação em todas as áreas disciplinares e disciplinas, de acordo com o que o conselho escolar ou o conselho pedagógico definirem.

Artigo 6.º  
Registo, tratamento e análise da informação

- 1 - Em cada escola devem ser adotados procedimentos de análise dos resultados da informação relativa à avaliação da aprendizagem dos alunos, proporcionando o desenvolvimento de práticas de autoavaliação da escola que visem a melhoria do seu desempenho.
- 2 - A informação tratada e analisada é disponibilizada à comunidade escolar.

SECÇÃO III  
Especificidades da avaliação

Artigo 7.º  
Avaliação sumativa interna

- 1 - A avaliação sumativa interna destina-se a:
  - a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem definida para cada área disciplinar ou disciplina;
  - b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.
- 2 - A avaliação sumativa interna é realizada através de um dos seguintes processos:
  - a) Avaliação pelos professores, no 1.º ciclo, ou pelo conselho de turma, nos restantes ciclos, no final de cada período letivo;
  - b) Provas de equivalência à frequência.

Artigo 8.º  
Formalização da avaliação  
sumativa interna

- 1 - A avaliação sumativa interna é da responsabilidade do professor titular de turma, no 1.º ciclo, dos professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos e dos órgãos de administração e gestão das escolas.
- 2 - Compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao diretor de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação referidos no artigo 4.º.
- 3 - A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência:
  - a) Do professor titular de turma, no 1.º ciclo;
  - b) Do conselho de turma sob proposta dos professores de cada área disciplinar ou disciplina, nos 2.º e 3.º ciclos.
- 4 - Nos 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se de forma descritiva em todas as áreas disciplinares e não disciplinares.
- 5 - No 4.º ano de escolaridade, a avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se numa escala de 1 a 5 nas áreas disciplinares de Português e de Matemática e de forma descritiva nas restantes áreas.
- 6 - No 4.º ano de escolaridade, no final do 3.º período, e antes de serem divulgados os resultados da avaliação externa, o professor titular de turma atribui a classificação final nas áreas disciplinares de Português e de Matemática e uma menção qualitativa nas restantes áreas.
- 7 - Nos 2.º e 3.º ciclos, a classificação final de cada disciplina, em cada ano de escolaridade, é atribuída pelo conselho de turma no final do 3.º período.
- 8 - A avaliação sumativa interna do final do 3.º período tem as seguintes finalidades:
  - a) Formalização da classificação correspondente à aprendizagem realizada pelo aluno ao longo do ano letivo;
  - b) Decisão sobre a transição de ano;
  - c) Verificação das condições de admissão à 2.ª fase das provas finais dos 1.º e 2.º ciclos e definição do plano de apoio pedagógico a cumprir no período de acompanhamento extraordinário.
- 9 - A informação resultante da avaliação sumativa interna nos 2.º e 3.º ciclos expressa-se:
  - a) Numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, podendo ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.
  - b) Numa menção qualitativa de Não Satisfaz, Satisfaz, Satisfaz Bem e Satisfaz Plenamente, na área de Formação Pessoal e Social.
- 10 - A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro, expressa-se numa menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.
- 11 - Nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, a avaliação sumativa interna das disciplinas de Tecnologias da Informação e Comunicação e da disciplina de Oferta de Escola, caso sejam organizadas em regime semestral, processa-se do seguinte modo:
  - a) Para a atribuição das classificações, o conselho de turma reúne-se no final do 1.º semestre e no final do 3.º período;
  - b) A classificação atribuída no 1.º semestre fica registada em ata e, à semelhança das classificações das outras disciplinas, está sujeita a aprovação do conselho de turma de avaliação no final do 3.º período.

Artigo 9.º

Provas de equivalência à frequência

- 1 - As provas de equivalência à frequência realizam-se a nível de escola nos anos terminais de cada ciclo do ensino básico, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo, para alunos autopropostos nos termos previstos no n.º 3 do presente artigo.
- 2 - As provas de equivalência à frequência incidem sobre os conteúdos dos programas, têm como referência as metas curriculares estabelecidas para os três ciclos e contemplam ainda uma prova oral, no caso das áreas disciplinares e disciplinas de Português, de Português Língua não Materna (PLNM) e das línguas estrangeiras.
- 3 - As provas de equivalência à frequência realizam-se em duas fases em todos os ciclos e destinam-se aos alunos, na qualidade de autopropostos, que se encontrem numa das seguintes situações:
  - a) Frequentem estabelecimentos de ensino privado sem autonomia ou paralelismo pedagógico;
  - b) Frequentem seminários não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de setembro, para alunos dos 2.º e 3.º ciclos;
  - c) Estejam abrangidos pelo ensino individual e doméstico;
  - d) Estejam fora da escolaridade obrigatória e não se encontrem a frequentar qualquer estabelecimento de ensino;
  - e) Estejam fora da escolaridade obrigatória, frequentem o 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico e tenham anulado a matrícula até ao 5.º dia útil do 3.º período;
  - f) Tenham ficado retidos por falta de assiduidade de acordo com o Estatuto do Aluno e Ética Escolar da Região Autónoma da Madeira;

- g) Estejam no 6.º ou no 9.º anos de escolaridade e não tenham obtido aprovação na avaliação sumativa final do 3.º período.
- 4 - Os alunos autopropostos dos 1.º e 2.º ciclos realizam obrigatoriamente na 1.ª fase:
- As provas finais de ciclo, como provas de equivalência à frequência, efetuando também uma prova oral na disciplina de Português;
  - As provas de equivalência à frequência de Estudo do Meio e de Expressões Artísticas, no 1.º ciclo, ou em todas as disciplinas, no 2.º ciclo, no caso dos alunos referidos nas alíneas a) a f) do n.º 3 do presente artigo.
  - As provas de equivalência à frequência nas disciplinas em que não obtiveram aprovação, no caso dos alunos do 2.º ciclo referidos na alínea g) do n.º 3 do presente artigo.
- 5 - Os alunos autopropostos do 3.º ciclo realizam obrigatoriamente:
- As provas finais de ciclo, valendo como provas de equivalência à frequência, na 1.ª chamada;
  - As provas de equivalência à frequência em todas as disciplinas do 3.º ciclo do ensino básico, no caso dos alunos referidos nas alíneas a) a f) do n.º 3 do presente artigo, na 1.ª fase, salvo naquelas em que se realizam provas finais;
  - As provas de equivalência à frequência nas disciplinas em que não obtiveram aprovação, no caso dos alunos do 3.º ciclo referidos na alínea g) do n.º 3 do presente artigo, na 1.ª fase.
- 6 - Os alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico referidos no n.º 3 que não obtiveram aprovação nas provas de equivalência à frequência na 1.ª fase, por terem obtido classificação inferior a 3, podem repetir na 2.ª fase a realização destas provas.
- 7 - Os alunos do 3.º ciclo do ensino básico podem inscrever-se e realizar, na 2.ª fase, exceto nas disciplinas sujeitas a prova final, as provas de equivalência à frequência em todas as disciplinas em que não obtiveram aprovação na 1.ª fase, desde que aquelas lhes permitam a conclusão de ciclo.
- 8 - Nas provas de equivalência à frequência constituídas por um único tipo de prova, a classificação final de cada área disciplinar e disciplina é a obtida nas provas realizadas, expressa em escala percentual de 0 a 100, convertida na escala de 1 a 5 nos termos do Anexo IV.
- 9 - Nas provas de equivalência à frequência constituídas por duas componentes (escrita, oral ou prática), a classificação final da disciplina corresponde à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações das duas componentes expressas em escala percentual de 0 a 100, convertida na escala de 1 a 5 nos termos do Anexo IV.
- 10 - As provas de equivalência à frequência dos três ciclos e respetiva duração constam dos anexos I e II ao presente despacho, do qual fazem parte integrante.
- 11 - O aluno é considerado Aprovado quando se verificam as condições de transição estabelecidas para o final dos três ciclos do ensino básico.
- 12 - Os procedimentos específicos a observar no desenvolvimento das provas de equivalência à frequência dos três ciclos são objeto de regulamentação própria, a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.
- Artigo 10.º  
Avaliação sumativa externa
- 1 - O processo de avaliação interna é acompanhado de provas nacionais de forma a permitir a obtenção de resultados uniformes e fiáveis sobre a aprendizagem, fornecendo indicadores da consecução das metas curriculares e dos conhecimentos dos conteúdos programáticos definidos para cada disciplina sujeita a prova final de ciclo.
- 2 - A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços do Ministério da Educação e Ciência ou de entidades designadas para o efeito e compreende a realização de provas finais de ciclo nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, nas disciplinas de:
- Português e Matemática;
  - Português Língua não Materna (PLNM) e Matemática, para os alunos que tenham concluído o nível de proficiência linguística de iniciação (A2) ou o nível intermédio (B1), nos 2.º e 3.º ciclos.
- 3 - A avaliação sumativa externa nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade destina-se a aferir o grau de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, mediante o recurso a critérios de avaliação definidos a nível nacional.
- 4 - As provas finais de ciclo incidem sobre os conteúdos definidos nos programas e têm como referência as metas curriculares em vigor definidas para os três ciclos do ensino básico.
- 5 - As provas finais dos três ciclos e respetiva duração constam do Anexo III.
- 6 - As provas finais dos 1.º e 2.º ciclos realizam-se em duas fases com uma única chamada cada, sendo a 1.ª fase obrigatória para todos os alunos, destinando-se a 2.ª fase aos alunos:
- Que faltem à 1.ª fase por motivos excecionais devidamente comprovados;
  - Que obtiveram uma classificação final inferior a 3 após as provas finais realizadas na 1.ª fase;
  - Autopropostos que, após as reuniões de avaliação de final de ano, não obtiveram aprovação de acordo com o previsto no artigo 13.º do presente despacho.

- 7 - A classificação obtida na 2.<sup>a</sup> fase das provas finais realizadas pelos alunos referidos nas alíneas b) e c) do número anterior é considerada como classificação final da respetiva área disciplinar ou disciplina.
- 8 - Os alunos dos 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> ciclos podem usufruir do prolongamento da duração do ano letivo, a fim de frequentarem o período de acompanhamento extraordinário, de acordo com o previsto nos artigos 20.<sup>o</sup> e 23.<sup>o</sup> do presente despacho e o estabelecido no calendário escolar.
- 9 - São admitidos às provas finais dos três ciclos os alunos que ficarem retidos por falta de assiduidade de acordo com o Estatuto do Aluno e Ética Escolar da Região Autónoma da Madeira.
- 10 - As provas finais do 3.<sup>o</sup> ciclo realizam-se numa fase única com duas chamadas, tendo a 1.<sup>a</sup> chamada carácter obrigatório e destinando-se a 2.<sup>a</sup> chamada a situações excecionais devidamente comprovadas.
- 11 - Para os efeitos previstos no presente diploma, são internos os alunos que frequentem as aulas até ao final do ano letivo, em estabelecimento de ensino público ou do ensino privado dotado de autonomia ou de paralelismo pedagógico, ou ainda em seminário abrangido pelo disposto no Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de setembro.
- 12 - Não são admitidos à realização das provas finais do 3.<sup>o</sup> ciclo os alunos que tenham classificações na avaliação sumativa interna que já não lhes permitam superar, após a realização das provas finais, as condições definidas nas alíneas a) ou b) do n.º 2 do artigo 13.<sup>o</sup> do presente despacho.
- 13 - Estão dispensados da realização de provas finais do 1.<sup>o</sup> ciclo os alunos que se encontrem nas condições seguintes:
- Não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais, ou no ano letivo anterior;
  - Estejam abrangidos pelo artigo 33.<sup>o</sup> do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro;
- 14 - Estão dispensados da realização de provas finais dos 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos os alunos que se encontrem nas condições seguintes:
- Se encontrem a frequentar percursos curriculares alternativos;
  - Se encontrem a frequentar o ensino vocacional;
  - Se encontrem a frequentar cursos de educação e formação (CEF), programas integrados de educação e formação (PIEF) ou cursos de educação e formação de adultos (EFA);
  - Não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais;
- e) Estejam abrangidos pelo artigo 33.<sup>o</sup> do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro.
- 15 - Os alunos referidos nas alíneas a), b), c), e d) do número anterior realizam, obrigatoriamente, as provas finais do 2.<sup>o</sup> ou 3.<sup>o</sup> ciclo, no caso de pretenderem prosseguir estudos no ensino regular, respetivamente, no 3.<sup>o</sup> ciclo ou no nível secundário, em cursos científico-humanísticos.
- 16 - As provas finais de ciclo são classificadas na escala percentual de 0 a 100, arredondada às unidades, sendo a classificação final da prova convertida na escala de 1 a 5 nos termos do Anexo V.
- 17 - A classificação final a atribuir às disciplinas sujeitas a provas finais dos 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades, entre a classificação obtida na avaliação sumativa interna do 3.<sup>o</sup> período da disciplina e a classificação obtida pelo aluno na prova final, de acordo com a seguinte fórmula:
- $$CF = (7Cf + 3Cp)/10$$
- em que:  
CF = classificação final da disciplina;  
Cf = classificação de frequência no final do 3.<sup>o</sup> período;  
Cp = classificação da prova final.
- 18 - No 4.<sup>o</sup> ano de escolaridade do 1.<sup>o</sup> ciclo, nas áreas disciplinares de Português e de Matemática e em todos os anos de escolaridade dos 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> ciclos, a classificação final expressa-se numa escala de 1 a 5 arredondada às unidades.
- 19 - A menção ou a classificação final das áreas disciplinares e disciplinas não sujeitas a provas finais é a obtida no 3.<sup>o</sup> período do ano terminal em que são lecionadas.
- 20 - A não realização das provas finais implica a retenção do aluno nos 4.<sup>o</sup>, 6.<sup>o</sup> ou no 9.<sup>o</sup> anos de escolaridade, exceto nas situações previstas nos n.ºs 13 e 14 do presente artigo.
- 21 - Os procedimentos específicos a observar no desenvolvimento da avaliação sumativa externa são objeto de regulamentação própria, a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

## Artigo 11.º

Alunos com necessidades  
educativas especiais

Os alunos com necessidades educativas especiais, abrangidos pelo disposto no artigo 32.<sup>o</sup> do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro, prestam as provas finais de ciclo previstas para os restantes examinandos, podendo, no entanto, usufruir de condições especiais de avaliação ao abrigo da legislação em vigor.

Artigo 12.º  
Efeitos da avaliação sumativa

- 1 - A avaliação sumativa permite tomar decisões relativamente à:
  - a) Classificação em cada uma das disciplinas e áreas disciplinares;
  - b) Transição no final de cada ano, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
  - c) Aprovação no final de cada ciclo;
  - d) Renovação de matrícula;
  - e) Conclusão do ensino básico.
- 2 - As decisões de transição e de progressão do aluno para o ano de escolaridade seguinte e para o ciclo subsequente revestem-se de carácter pedagógico e são tomadas sempre que o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem:
  - a) Nos anos terminais de ciclo, que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as capacidades necessárias para progredir com sucesso os seus estudos no ciclo subsequente, sem prejuízo do disposto no n.º 11 do artigo 9.º e no artigo 13.º do presente despacho;
  - b) Nos anos não terminais de ciclo, que o aluno demonstra ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades essenciais para transitar para o ano de escolaridade seguinte.
- 3 - No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas e, após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar da Região Autónoma da Madeira, o professor titular da turma em articulação com o conselho escolar ou o conselho de docentes, quando exista, decida pela retenção do aluno.
- 4 - Um aluno retido nos 1.º, 2.º ou 3.º anos de escolaridade pode integrar a turma a que pertencia por decisão do diretor, sob proposta do professor titular de turma, ouvido o conselho escolar ou conselho de docentes.
- 5 - A retenção em qualquer um dos ciclos do ensino básico implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade.

SECÇÃO IV  
Classificação, transição e aprovação

Artigo 13.º  
Condições de aprovação, transição e progressão

- 1 - A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções,

respetivamente, de Transitou ou de Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou de Não Aprovado, no final de cada ciclo.

- 2 - No final de cada um dos ciclos do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado, se estiver numa das seguintes condições:
  - a) Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares ou disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática;
  - b) Tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas, no caso dos 2.º e 3.º ciclos, e tiver obtido classificação inferior a 3 em Português (ou PLNM) ou em Matemática e simultaneamente menção não satisfatória nas outras áreas disciplinares, no caso do 1.º ciclo.
- 3 - Os alunos autopropostos do ensino básico não progridem e obtém a menção de Não Aprovado se estiverem nas condições referidas no número anterior.
- 4 - A disciplina de Educação Moral e Religiosa, nos três ciclos do ensino básico, as áreas não disciplinares, no 1.º ciclo, o Apoio ao Estudo, a Formação Pessoal e Social e as disciplinas de oferta complementar, nos 2.º e 3.º ciclos, não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

Artigo 14.º  
Constituição e funcionamento do conselho escolar ou conselho de docentes do 1.º ciclo

- 1 - Quando criado, o conselho escolar ou conselho de docentes será constituído, para efeitos de avaliação dos alunos, por todos os professores titulares de turma do 1.º ciclo de cada estabelecimento.
- 2 - No conselho escolar, podem ainda intervir, sem direito a voto, os serviços com competência em matéria de apoio educativo e serviços ou entidades cuja contribuição o diretor considere conveniente.
- 3 - No conselho de docentes, podem ainda intervir, sem direito a voto, os serviços com competência em matéria de apoio educativo e serviços ou entidades cuja contribuição o conselho pedagógico considere conveniente.
- 4 - A classificação final a atribuir em cada área disciplinar é da competência do professor titular de turma, ouvido o conselho escolar ou conselho de docentes.
- 5 - As deliberações do conselho escolar ou conselho de docentes devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação, quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

6 - No caso de recurso à votação, todos os membros do conselho escolar ou conselho de docentes devem votar nominalmente, não havendo lugar a abstenção, sendo registado em ata o resultado da votação.

7 - A deliberação só pode ser tomada por maioria absoluta, tendo o presidente do conselho escolar ou conselho de docentes, voto de qualidade em caso de empate.

8 - Na ata da reunião do conselho escolar ou conselho de docentes, devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.

#### Artigo 15.º

##### Constituição e funcionamento dos conselhos de turma dos 2.º e 3.º ciclos

1 - Para efeitos de avaliação dos alunos, o conselho de turma é constituído por todos os professores da turma, sendo seu presidente o diretor de turma.

2 - Nos conselhos de turma, podem ainda intervir, sem direito a voto, os serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo ou entidades cuja contribuição o conselho pedagógico considere conveniente.

3 - Sempre que, por motivo imprevisto, se verificar a ausência de um membro do conselho de turma, a reunião é adiada, no máximo por quarenta e oito horas, de forma a assegurar a presença de todos.

4 - No caso de a ausência a que se refere o número anterior ser presumivelmente longa, o conselho de turma reúne-se com os restantes membros, devendo o respetivo diretor de turma dispor de todos os elementos referentes à avaliação de cada aluno, fornecidos pelo professor ausente.

5 - A deliberação final quanto à classificação a atribuir em cada disciplina é da competência do conselho de turma que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações que a suportam e a situação global do aluno.

6 - As deliberações do conselho de turma devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação, quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

7 - No caso de recurso à votação, todos os membros do conselho de turma votam nominalmente, não havendo lugar a abstenção, sendo registado em ata o resultado da votação.

8 - A deliberação é tomada por maioria absoluta, tendo o presidente do conselho de turma voto de qualidade, em caso de empate.

9 - Na ata da reunião de conselho de turma devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.

#### Artigo 16.º

##### Registo das classificações e ratificação das deliberações

1 - As classificações no final de cada período letivo, no 4.º ano do 1.º ciclo e em todos os anos de escolaridade dos 2.º e 3.º ciclos, são registadas em pauta.

2 - As decisões do professor titular de turma, no 1.º ciclo, e as deliberações do conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, carecem de ratificação do responsável pelo órgão de gestão da escola.

3 - O responsável pelo órgão de gestão da escola deve proceder à verificação das pautas e da restante documentação relativa às reuniões dos do conselho escolar, conselho de docentes ou conselho de turma, assegurando-se do integral cumprimento das disposições em vigor e da observância dos critérios definidos pelo conselho escolar ou conselho pedagógico, competindo-lhe desencadear os mecanismos necessários à correção de eventuais irregularidades.

4 - As pautas, após a ratificação prevista no n.º 2, são afixadas em local apropriado no interior da escola, nelas devendo constar a data da respetiva afixação.

#### Artigo 17.º

##### Revisão das deliberações

1 - As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao responsável pelo órgão de gestão da escola, no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação nos 1.º, 2.º e 3.º anos ou da afixação das pautas no 4.º ano de escolaridade e nos 2.º e 3.º ciclos.

2 - Os pedidos de revisão a que se refere o número anterior são apresentados em requerimento devidamente fundamentado em razões de ordem técnica, pedagógica ou legal, dirigido ao responsável pelo órgão de gestão da escola, podendo ser acompanhado dos documentos considerados pertinentes.

3 - Os requerimentos recebidos depois de expirado o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo, bem como os que não estiverem fundamentados, serão liminarmente indeferidos.

4 - No caso dos 2.º e 3.º ciclos, o responsável pelo órgão de gestão da escola convoca, nos cinco dias úteis após a aceitação do requerimento, uma reunião extraordinária do conselho de turma, que procede à análise do pedido de revisão e delibera com base em todos os documentos relevantes para o efeito, pode confirmar ou modificar a avaliação inicial e deve ser acompanhada de um relatório pormenorizado, que integra a ata da reunião.



- 5 - No caso do 1.º ciclo, o diretor convoca, nos cinco dias úteis após a aceitação do requerimento, uma reunião com o professor titular de turma, para a apreciação do pedido de revisão, que pode confirmar ou modificar a avaliação inicial e que deve constar de um relatório pormenorizado.
- 6 - Nos casos em que o conselho de turma do 2.º e 3.º ciclos mantenha a sua deliberação, o processo aberto pelo pedido de revisão pode ser enviado pelo responsável do órgão de gestão da escola ao conselho pedagógico para emissão de parecer prévio à decisão final.
- 7 - Da decisão final do responsável pelo órgão de gestão da escola, e respetiva fundamentação, é dado conhecimento ao encarregado de educação, através de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da receção do pedido de revisão.
- 8 - O encarregado de educação pode ainda, se assim o entender, no prazo de cinco dias úteis após a data de receção da resposta ao pedido de revisão, interpor recurso hierárquico para o Diretor Regional de Educação, quando o mesmo for baseado em vício de forma existente no processo.
- 9 - Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.

Artigo 18.º  
Reclamação e recursos

As decisões referentes às provas de equivalência à frequência e às provas finais de ciclo são passíveis de impugnação administrativa nos termos gerais.

SECÇÃO V  
Certificação da avaliação

Artigo 19.º  
Conclusão e certificação

- 1 - A conclusão do ensino básico é certificada pelo responsável pelo órgão de gestão da escola, através da emissão de:
- Um diploma que ateste a conclusão do ensino básico;
  - Um certificado que ateste o nível de qualificação, discrimine as disciplinas ou módulos concluídos e as respetivas classificações finais, bem como as classificações das provas finais de ciclo obtidas nas disciplinas em que foram realizadas.
- 2 - Os certificados a que se refere a alínea b) do número anterior devem ainda conter um anexo do qual constem todas as atividades extracurriculares desenvolvidas pelo aluno, designadamente as realizadas no âmbito de ações de voluntariado.
- 3 - Mediante a apresentação de requerimento, é passado pelo responsável do órgão de gestão da escola, um certificado para efeitos de admissão no mercado de trabalho, ao aluno que atingir a

idade limite da escolaridade obrigatória, abrangido pelo artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro.

- 4 - Os modelos de diploma e certificado previstos nos números anteriores são aprovados por despacho da Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos.

SECÇÃO VI  
Medidas de promoção do sucesso escolar e situações especiais de avaliação

Artigo 20.º  
Medidas de promoção do sucesso escolar

- 1 - No âmbito da sua autonomia, devem ser adotadas pela escola medidas de promoção do sucesso escolar, definindo-se, sempre que necessário, planos de acompanhamento pedagógico orientados para a turma ou individualizados, com medidas adequadas à resolução das dificuldades dos alunos, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que se podem concretizar designadamente através de:
- Medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento mais eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas;
  - Estudo Acompanhado no 1.º ciclo, tendo por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho que promovam, prioritariamente, o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática, nomeadamente na resolução dos trabalhos de casa;
  - Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes, tendo em atenção os recursos da escola e a pertinência das situações;
  - Coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino;
  - Adoção, em condições excecionais devidamente justificadas pela escola e aprovadas pelos serviços competentes da administração educativa, de percursos específicos, designadamente, percursos curriculares alternativos e programas integrados de educação e formação, adaptados ao perfil e especificidades dos alunos;
  - Encaminhamento para um percurso vocacional de ensino após redefinição do seu percurso escolar, resultante do parecer de psicólogos escolares e com o empenhamento e a concordância do encarregado de educação;
  - Acompanhamento extraordinário dos alunos nos 1.º e 2.º ciclos, conforme estabelecido no calendário escolar;
  - Acompanhamento a alunos que progridam ao 2.º ou ao 3.º ciclos com classificação final inferior a 3 a Português ou a Matemática no ano escolar anterior.

2 - O plano de acompanhamento pedagógico de turma ou individual é traçado, realizado e avaliado, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos de educação e em contacto regular com os encarregados de educação.

3 - Aos alunos que revelem em qualquer momento do seu percurso dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina ou área disciplinar é aplicado um plano de acompanhamento pedagógico, elaborado pelo professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, contendo estratégias de recuperação que contribuam para colmatar as insuficiências detetadas.

#### Artigo 21.º Estudo Acompanhado e Apoio ao Estudo

1 - Sempre que os resultados escolares nas áreas disciplinares de Português e de Matemática do 1.º ciclo o justifiquem, são, obrigatoriamente, adotados planos de acompanhamento pedagógico para os alunos, na área não disciplinar de Estudo Acompanhado.

2 - O Apoio ao Estudo dos 2.º e 3.º ciclos desenvolve-se através de atividades regulares fixadas pela escola e de participação decidida em conjunto pelos pais e professores, tendo como objetivos:

- a) A implementação de estratégias de estudo e de desenvolvimento e aprofundamento dos conhecimentos dos alunos;
- b) Atividades de reforço da aprendizagem, nomeadamente pelo acompanhamento da realização dos trabalhos de casa.

#### Artigo 22.º Constituição de grupos de homogeneidade relativa

1 - Podem ser constituídos grupos temporários de alunos com características semelhantes, na mesma turma ou em turmas diferentes, a fim de colmatar dificuldades detetadas e desenvolver capacidades evidenciadas, favorecendo a igualdade de oportunidades no percurso escolar do aluno.

2 - As atividades a desenvolver nestes grupos podem ser realizadas em períodos de duração distintos, conforme as necessidades dos alunos.

3 - Compete ao professor titular de turma no 1.º ciclo e ao conselho de turma nos outros ciclos identificar alunos que revelem elevada capacidade de aprendizagem.

4 - O professor titular de turma no 1.º ciclo e o conselho de turma nos outros ciclos definem as atividades e as estratégias para otimizar o desempenho dos alunos com elevada capacidade de aprendizagem.

#### Artigo 23.º Período de acompanhamento extraordinário nos 1.º e 2.º ciclos

1 - Os alunos internos dos 4.º e 6.º anos de escolaridade que, após as reuniões de avaliação de final de ano, já com o conhecimento e com a ponderação dos resultados da primeira fase das provas finais, não obtenham aprovação, de acordo com o estipulado no artigo 13.º, bem como os alunos a que se refere a alínea b) do n.º 6 do artigo 10.º, podem usufruir de prolongamento do ano letivo.

2 - O período de acompanhamento extraordinário decorre entre a realização das reuniões de avaliação referidas no número 1 e a realização da 2.ª fase das provas finais e visa colmatar deficiências detetadas no percurso escolar dos alunos.

3 - Cabe ao responsável pelo órgão de gestão da escola, assegurar a organização e gestão do período de acompanhamento extraordinário previsto no presente artigo.

4 - Os alunos que se encontrem na situação referida no número 1 são automaticamente inscritos no período de acompanhamento extraordinário, sendo obrigatória a sua frequência, exceto se o encarregado de educação não o permitir.

5 - O encarregado de educação que não pretenda que o seu educando frequente o acompanhamento extraordinário previsto no número anterior comunica por escrito o seu desacordo ao responsável pelo órgão de gestão da escola.

6 - O pedido formulado nos termos previsto no número anterior não prejudica o acesso do aluno à 2.ª fase das provas finais de ciclo.

7 - Após a realização da 2.ª fase das provas finais do 1.º e do 2.º ciclos, os alunos progredem e obtêm a menção de Aprovado se estiverem nas condições estipuladas no artigo 13.º.

#### Artigo 24.º Reorientação do percurso escolar

Sempre que se verifiquem retenções, deverão os alunos ser acompanhados pelo serviço de orientação escolar, de modo a que possam ser propostas as medidas mais adequadas ao seu percurso escolar, nomeadamente percursos curriculares alternativos, programas integrados de educação e formação, cursos de educação e formação ou cursos vocacionais.

#### Artigo 25.º Casos especiais de progressão

1 - Um aluno que revele capacidade de aprendizagem excepcional e um adequado grau de maturidade, a par do desenvolvimento das capacidades previstas para o ciclo que frequenta, poderá progredir mais rapidamente no ensino básico, beneficiando de uma das seguintes hipóteses ou de ambas:

- a) Concluir o 1.º ciclo com 9 anos de idade, completados até 31 de Dezembro do ano respetivo, podendo completar o 1.º ciclo em três anos;
  - b) Transitar de ano de escolaridade antes do final do ano letivo, uma única vez, ao longo dos 2.º e 3.º ciclos.
- 2 - Um aluno retido num dos anos não terminais de ciclo que demonstre ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades definidas para o final do respetivo ciclo poderá concluí-lo nos anos previstos para a sua duração, através de uma progressão mais rápida, nos anos letivos subsequentes à retenção.
  - 3 - Os casos especiais de progressão previstos nos números anteriores dependem de deliberação do conselho escolar ou do conselho pedagógico, sob proposta do professor titular de turma ou do conselho de turma, depois de obtidos a concordância do encarregado de educação do aluno e os pareceres do docente de educação especial ou do psicólogo.
  - 4 - A deliberação decorrente do previsto nos números anteriores não prejudica o cumprimento dos restantes requisitos legalmente exigidos para a progressão de ciclo.

#### Artigo 26.º

##### Situações especiais de classificação

- 1 - Se por motivo da exclusiva responsabilidade da escola ou por falta de assiduidade do aluno, motivada por doença prolongada ou impedimento legal devidamente comprovados, não existirem em qualquer disciplina ou área disciplinar elementos de avaliação sumativa interna respeitantes ao 3.º período letivo, a classificação dessas áreas disciplinares ou disciplinas é a que o aluno obteve no 2.º período letivo.
- 2 - Nas áreas disciplinares ou disciplinas sujeitas a provas finais de ciclo é obrigatória a prestação de provas, salvo quando a falta de elementos de avaliação nas referidas áreas disciplinares ou disciplinas for da exclusiva responsabilidade da escola, sendo a situação objeto de análise casuística e sujeita a despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.
- 3 - No 4.º ano de escolaridade do 1.º ciclo e nos 2.º e 3.º ciclos, sempre que o aluno frequentar as aulas durante um único período letivo, por falta de assiduidade motivada por doença prolongada ou impedimento legal devidamente comprovados, fica sujeito à realização de uma prova extraordinária de avaliação (PEA) em cada área disciplinar ou disciplina, exceto naquelas em que realizar, no ano curricular em causa, prova final de ciclo.
- 4 - Para efeitos do número anterior, a classificação anual de frequência a atribuir a cada disciplina é a seguinte:

$$\text{CAF} = (\text{CF} + \text{PEA}) / 2$$

em que:

CAF = classificação anual de frequência;

CF = classificação de frequência do período frequentado;

PEA = classificação da prova extraordinária de avaliação.

- 5 - A prova extraordinária de avaliação deve abranger o programa do ano curricular em causa, sendo os procedimentos específicos a observar no seu desenvolvimento os que constam do Anexo VI.
- 6 - Nos anos de escolaridade em que houver lugar a prova final de ciclo, considera-se a classificação do período frequentado como classificação anual de frequência da disciplina, sendo a respetiva classificação final calculada de acordo com o n.º 17 do artigo 10.º.
- 7 - Sempre que a classificação do período frequentado seja inferior a 3, esta não é considerada para o cálculo da classificação final da área disciplinar ou disciplina, correspondendo a classificação final à classificação obtida na respetiva prova final de ciclo.
- 8 - Nos 2.º e 3.º ciclos, sempre que, por motivo da exclusiva responsabilidade da escola, apenas existirem em qualquer disciplina não sujeita a prova final de ciclo elementos de avaliação respeitantes a um dos três períodos letivos, o encarregado de educação do aluno pode optar entre:
  - a) Ser considerada como classificação anual de frequência a classificação obtida nesse período;
  - b) Não ser atribuída classificação anual de frequência nessa disciplina;
  - c) Realizar a PEA de acordo com o n.º 4 e 5 do presente artigo.
- 9 - Nos 2.º e 3.º ciclos, sempre que, em qualquer disciplina, à exceção das disciplinas não sujeitas a prova final de ciclo, o número de aulas ministradas durante todo o ano letivo não tenha atingido oito semanas completas, o encarregado de educação do aluno pode optar entre:
  - a) A aprovação do aluno sem classificação nessa disciplina;
  - b) A realização de PEA, correspondendo a sua classificação anual de frequência à classificação nesta prova.

#### Secção VII

##### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 27.º

##### Norma transitória

- 1 - No ano letivo de 2012 -2013, atendendo a que se realizam pela primeira vez as provas finais do 4.º ano, a classificação final é atribuída na escala de 1 a 5, calculada de acordo com a seguinte fórmula, arredondada às unidades:

$CF = (3Cf + Cp)/4$   
em que:

CF = classificação final;

Cf = classificação de frequência no final do 3.º período;

Cp = classificação da prova final.

- 2 - No ano letivo de 2012-2013, o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 20.º do presente despacho só se aplica ao 1.º ciclo.
- 3 - No ano letivo de 2012-2013, os n.ºs 5 e 7 do artigo 9.º aplicam-se também ao 2.º ciclo.
- 4 - No ano letivo de 2012-2013, aplica-se apenas ao 1.º ciclo o previsto:  
a) na alínea c) do n.º 8 do artigo 8.º;  
b) na alínea a) do n.º 4 e no n.º 6 do artigo 9.º;  
c) no n.º 6, no n.º 7 e no n.º 8 do artigo 10.º;  
d) no n.º 1 e no n.º 7 do artigo 23.º.
- 5 - No ano letivo de 2012-2013, as provas finais nacionais a que se referem o n.º 2 do artigo 9.º e o n.º 4 do artigo 10.º mantêm como referência os programas em vigor e supletivamente as Metas Curriculares de Português - Ensino Básico e as

Metas Curriculares de Matemática - Ensino Básico.

- 6 - A partir de 2012-2013, a calendarização da utilização das Metas Curriculares, como referência central no âmbito da avaliação externa, será estabelecida em diploma próprio.

Artigo 28.º

Norma revogatória

É revogado o Despacho Normativo n.º 4/2010, de 18 de novembro, na redação dada pelo Despacho Normativo n.º 4/2011, de 28 de dezembro.

Artigo 29.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos, aos 3 de junho de 2013.

O SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, Jaime Manuel Gonçalves de Freitas

## ANEXO I

### Provas de equivalência à frequência do 1.º ciclo do ensino básico

#### Prova em cada área disciplinar e respetiva duração

Disciplina	Duração (minutos)
Estudo do meio .....	90
Expressões Artísticas .....	90

**ANEXO II****Provas de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico****2.º ciclo do ensino básico****Prova em cada disciplina e respetiva duração**

<b>Disciplina</b>	<b>Duração (minutos)</b>
Inglês (a).....	90 + 15
História e Geografia de Portugal .....	90
Ciências Naturais .....	90
Educação Visual .....	90 + 30 de Tolerância
Educação Tecnológica (b).....	45 + 45
Educação Musical (b).....	60 + 15
Educação Física (b) (c) .....	45 + 45

- (a) Prova com componente escrita e oral, sendo que a componente oral não deverá ultrapassar a duração de 15 minutos.
- (b) Prova com componente escrita e prática.
- (c) Prova a realizar pelos alunos do 6.º ano referidos na alínea f) do n.º 3 do artigo 9.º do presente despacho normativo.

**3.º ciclo do ensino básico****Prova em cada disciplina e respetiva duração**

<b>Disciplina</b>	<b>Duração (minutos)</b>
Inglês (a).....	90 + 15
Língua Estrangeira II (a).....	90 + 15
História.....	90
Geografia.....	90
Ciências Naturais .....	90
Físico-Química.....	90

<b>Disciplina</b>	<b>Duração (minutos)</b>
Educação Visual .....	90 + 30 de Tolerância
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	90
Disciplina de Oferta de Escola.....	90
Educação Física (b) (c) .....	45 + 45

- (a) Prova com componente escrita e oral, sendo que a componente oral não deverá ultrapassar a duração de 15 minutos.
- (b) Prova com componente escrita e prática.
- (c) Provas a realizar pelos alunos do 9.º ano referidos na alínea f) do n.º 3 do artigo 9.º do presente despacho normativo.

### ANEXO III

#### Provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (\*)

##### Prova em cada disciplina e respetiva duração

<b>Disciplina</b>	<b>Duração (minutos)</b>
Português — 1.º ciclo.....	90
Matemática — 1.º ciclo.....	90
Português — 2.º ciclo .....	90
Matemática — 2.º ciclo.....	90
Português Língua Não Materna nível A2 — 2.º ciclo....	90
Português Língua Não Materna nível B1 — 2.º ciclo....	90
Português — 3.º ciclo .....	90

<b>Disciplina</b>	<b>Duração (minutos)</b>
Matemática — 3.º ciclo	90
.....	
Português Língua Não Materna nível A2 — 3.º ciclo....	90
Português Língua Não Materna nível B1 — 3.º ciclo....	90

(\*) Todas as provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos têm tolerância de trinta minutos.

Nota. - Os alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico referidos nas alíneas a) a f) do n.º 3 do artigo 9.º são submetidos, obrigatoriamente, a uma prova oral na disciplina de Português ou de Português Língua Não Materna.

#### ANEXO IV

Tabela de conversão a que se refere o n.º 8 do artigo 9.º

Classificação da prova de equivalência à frequência	Classificação final da disciplina
0 a 19	1
20 a 49	2
50 a 69	3
70 a 89	4
90 a 100	5

#### ANEXO V

Tabela de conversão a que se refere o n.º 16 do artigo 10.º

Classificação da prova final de ciclo	Classificação final da prova final de ciclo
0 a 19	1
20 a 49	2
50 a 69	3
70 a 89	4
90 a 100	5

## ANEXO VI

Procedimentos Específicos a observar no Desenvolvimento da Prova Extraordinária de Avaliação (PEA)

No 1.º ciclo:

- 1 - Cabe ao professor titular de turma, de acordo com as orientações do conselho escolar, estabelecer a modalidade que a prova extraordinária de avaliação (PEA) deve assumir, tendo em conta a natureza e especificidade de cada disciplina.
- 2 - Compete ainda ao professor titular de turma propor ao conselho escolar a matriz da prova, da qual constem os objetivos e os conteúdos, a estrutura e respetivas cotações e os critérios de classificação.
- 3 - Nas escolas básicas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos com pré-escolar, cabe aos departamentos curriculares, de acordo com as orientações do conselho pedagógico, estabelecer a modalidade que a prova extraordinária de avaliação (PEA) deve assumir, tendo em conta a natureza e especificidade de cada disciplina.
- 4 - Nas escolas básicas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos com pré-escolar, compete ainda aos departamentos curriculares propor ao conselho pedagógico a matriz da prova, da qual constem os objetivos e os conteúdos, a estrutura e respetivas cotações e os critérios de classificação.

Nos 2.º e 3.º ciclos:

- 1 - Cabe aos departamentos curriculares, de acordo com as orientações do conselho pedagógico, estabelecer a modalidade que a prova extraordinária de avaliação (PEA) deve assumir,

tendo em conta a natureza e especificidade de cada disciplina.

- 2 - Compete ainda aos departamentos curriculares propor ao conselho pedagógico a matriz da prova, da qual constem os objetivos e os conteúdos, a estrutura e respetivas cotações e os critérios de classificação.

Nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos:

- 1 - Para a elaboração da PEA é constituída uma equipa de dois professores, em que pelo menos um deles tenha lecionado a disciplina nesse ano letivo. Para o desempenho desta função não está prevista qualquer dispensa de serviço docente.
- 2 - A duração da PEA é de noventa minutos.
- 3 - Compete ao órgão de gestão do estabelecimento de ensino fixar a data de realização da PEA no período compreendido entre o final das atividades letivas e 31 de julho.
- 4 - Toda a informação relativa à realização da PEA deve ser afixada pelas escolas até ao dia 15 de maio.
- 5 - Caso o aluno não compareça à prestação da prova extraordinária de avaliação, não lhe poderá ser atribuída qualquer classificação na disciplina em causa, devendo o conselho escolar, o conselho de docentes ou o conselho de turma avaliar a situação, tendo em conta o percurso global do aluno.
- 6 - Após a realização da PEA, é necessário proceder-se a uma reunião extraordinária do conselho escolar, do conselho de docentes ou do conselho de turma para ratificação das classificações do aluno.





## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda .....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas .....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas .....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas .....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas .....	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas .....	€38,56 cada	€231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

## ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	<b>Anual</b>	<b>Semestral</b>
Uma Série .....	€27,66	€13,75;
Duas Séries .....	€52,38	€26,28;
Três Séries .....	€63,78	€31,95;
Completa.....	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA  
IMPRESSÃO  
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial  
Departamento do Jornal Oficial  
Número 181952/02

Preço deste número: €5,48 (IVA incluído)